



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 37/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1706/2011 – 5 volumes.

Apensos: Processos nºs. 2459/2011 e 905/2011- 3 volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Uarini.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Sr. Francisco Togo Soares, Prefeito Municipal de Uarini.

6- Unidade Técnica: DICOP – Informação nº 277/2014 (fls. 811/813).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1848/2014-MP-FCVM da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 814/816).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Uarini. Exercício de 2010.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
desaprovação das Contas Anuais.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando a **DESAPROVAÇÃO** das Contas da Prefeitura Municipal de Uarini referente ao exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. **Francisco Togo Soares**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 37/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

termos do §5º do art. 127 da CE/89, c/c o inciso I do art. 18 da LC n. 6/91, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 7, 8, 9, 10, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 elencadas no item 2 do Relatório da Proposta de Voto; irregularidades 2.1, 2.3, 2.4, 2.6, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12, 2.14, 2.15, 2.16, 2.17, 2.21, 2.22 e irregularidades 3.1, 3.3, 3.8, 3.9, 3.10, 3.11, 3.12, 3.14, 3.15, 3.16, 3.17, 3.18, 3.22, 3.23 discriminadas no item 5 do Relatório da Proposta de Voto; irregularidades 1 a 6 do Processo nº 2459/2011 e irregularidades “9” e “12” do Processo nº 905/2011) e de dano ao erário (irregularidade 2 elencada no item 22 do Relatório da Proposta de Voto).

10- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 30 de julho de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1 – Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

JULIO CABRAL

Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES

Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 37/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2014)

1- Processo TCE nº 1706/2011 – 5 volumes.

Apensos: Processos nºs. 2459/2011 e 905/2011- 3 volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Uarini.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Sr. Francisco Togo Soares, Prefeito Municipal de Uarini.

6- Unidade Técnica: DICOP – Informação nº 277/2014 (fls. 811/813).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1848/2014-MP-FCVM da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 814/816).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Uarini. Exercício de 2010.

*Contas irregulares. Alcance. Multas. Prazo.
Determinações à origem.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1 – À UNANIMIDADE, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator:

9.1.1 - Julgar Irregulares a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Uarini, exercício de 2010, sob a responsabilidade do Sr. Francisco Togo Soares, Ordenador de Despesas, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 7, 8, 9, 10, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 elencadas no item 2 do Relatório da Proposta de Voto; irregularidades 2.1, 2.3, 2.4, 2.6, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12, 2.14, 2.15, 2.16, 2.17, 2.21, 2.22 e irregularidades 3.1, 3.3, 3.8, 3.9, 3.10, 3.11, 3.12, 3.14, 3.15, 3.16, 3.17, 3.18, 3.22, 3.23 discriminadas no item 5 do Relatório da Proposta de Voto; irregularidades 1 a 6 do Processo nº 2459/2011 e irregularidades “9” e “12” do Processo nº 905/2011) e de dano ao erário (irregularidade 2 elencada no item 22 do Relatório da Proposta de Voto);

9.1.2 - Declarar em Alcance o Sr. Francisco Togo Soares, Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Uarini, exercício de 2010, no valor de R\$105.846,50, em virtude da não comprovação da realização do objeto do Contrato 11/201 - construção de uma Escola de madeira de lei (irregularidade “2” elencada no item 22 do Relatório da Proposta de Voto), nos termos do inciso III do art. 304 do RI-TCE/AM;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 37/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2014)

9.1.3 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do Ofício de comunicação da Decisão, para que o Responsável comprove, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro do Município de Uarini do valor declarado em alcance, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei nº 2.423/96, corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei nº 2.423/96).

9.1.4 - Aplicar multa ao Sr. Francisco Togo Soares, Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Uarini, exercício de 2010:

a) no valor de R\$ 22.000,00, nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado pela Resolução nº 1/2009, à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 7, 8, 9, 10, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 elencadas no item 2 do Relatório da Proposta de Voto; irregularidades 2.1, 2.3, 2.4, 2.6, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12, 2.14, 2.15, 2.16, 2.17, 2.21, 2.22 e irregularidades 3.1, 3.3, 3.8, 3.9, 3.10, 3.11, 3.12, 3.14, 3.15, 3.16, 3.17, 3.18, 3.22, 3.23 discriminadas no item 5 do Relatório da Proposta de Voto; irregularidades 1 a 6 do Processo nº 2459/2011 e irregularidades “9” e “12” do Processo nº 905/2011);

b) no valor de R\$ 3.226,70, nos termos da alínea “a” do inciso I do art. 308 do RI-TCE/AM, com base no valor disciplinado pela Resolução nº 1/2009, à época, em razão de não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência deste Tribunal (irregularidades “2” e “32” do item 2 do Relatório da Proposta de Voto e questionamento “8” relacionada ao Processo nº 905/2011);

9.1.5 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei nº 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução nº 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei nº 2.423/96);

9.1.6 - Remeter os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

9.1.7 - Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

a) Não atrase o envio das informações ao sistema ACP, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE, c/c Resolução nº 10/2012-TCE/AM;

b) Envide esforços para a manutenção de controle do patrimônio dos bens móveis e imóveis, nos termos do art. 94 e 96 da Lei nº 4.320/64, bem como mantenha o livro de tombo atualizado e com todas as informações adequadas;

c) Encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei 2423/96 e do §1º da Resolução nº 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;

d) Dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei nº 10.028/2000), quanto aos RGF;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 37/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2014)

e) Nas licitações e contratos observe todas as regras estipuladas pela Lei nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da Lei nº 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da Lei nº 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, § 1º da Lei nº 8666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei nº 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art.7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei nº 8666/93), entre outras;

f) Contabilize todos os atos e fatos exigidos pela Demonstração das Variações Patrimoniais e pelo Balanço Patrimonial, nos termos dos arts.104 e 105 da Lei nº 4.320/64;

g) Inscreva devidamente as obrigações nos restos a pagar, nos termos do art. 36 da Lei nº 4.320/64;

h) Em caso de emergência que só sejam adquiridos objetos necessários ao atendimento dessa situação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93;

i) Realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.666/93;

j) Utilize a modalidade licitatória conforme o caso, a fim de não violar o §5º do art. 23 da Lei nº 8.666/93;

l) Observe o inciso IX do art. 37 da CF/88, a fim de contratar servidores temporários sem processo seletivo simplificado e para o exercício de funções permanentes;

m) Mantenha as disponibilidades financeiras em instituição financeiras oficiais, nos termos do §3º do art.164 da CF/88;

n) Adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art.37 da CF/88;

o) Observe, por último, que a reincidência do agente responsável no cumprimento das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento das suas respectivas Contas irregulares, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

9.2 - POR MAIORIA, rejeitar a Proposta de Voto do Relator, e acolher o Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, no sentido de:

9.2.1 - Aplicar multa ao Sr. Francisco Togo Soares, Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Uarini, exercício de 2010, no valor atual de R\$13.152,36 (1.096,03 x 12 meses) na forma do inciso II do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em função do referido artigo tratar-se de norma adjetiva, conforme a Resolução nº 25/2012, em razão de inobservância de prazos legais para remessa ao Tribunal, por meios informatizado, de balancetes, balanços, informações, demonstrativos contábeis ou quaisquer outros documentos solicitados (irregularidade 19 do item 2 do Relatório da Proposta de Voto);

9.2.2 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor da multa imposta, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art.72 da Lei nº 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução nº 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei nº 2.423/96).



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº 37/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 37/2014)

9.2.3 - Remeter os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

Vencido o Conselheiro Raimundo José Michiles, que votou acompanhando a Proposta de Voto do Relator pela aplicação de multa ao responsável, pelo atraso no ACP, no valor calculado à época dos fatos. Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade da multa referente ao ACP.

10- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 30 de julho de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1 – Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral